7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 06, 12, 13 e 14 de Dezembro de 2024
Instituições e Regimes Internacionais

Os posicionamentos dos grupos políticos do Parlamento Europeu em relação ao Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia

Beatriz Gabriele Butsher Cruz

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP)
Bolsista sob o processo nº 2022/05937-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

RESUMO

O estudo pretende compreender os posicionamentos dos grupos políticos do Parlamento Europeu em relação ao Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia a partir de suas próprias autodeclarações através de documentos encontrados nos sites de cada um dos grupos. O Parlamento Europeu é um ator chave na aprovação ou não do acordo com o Mercosul e entendendo que os grupos políticos no Parlamento são os grandes definidores das dinâmicas políticas dentro do órgão, é possível concluir que se torna importante compreender os posicionamentos dos grupos políticos em relação ao acordo. Foi feita uma busca nos sites de cada um dos grupos políticos por documentos declaratórios sobre o acordo com o Mercosul. A busca foi feita de forma manual pelos sites e também pesquisando a palavra "Mercosur" nas barras de pesquisa de cada um deles. Assim, a partir da leitura desses documentos, foi possível traçar conclusões sobre o posicionamento de cada um dos grupos políticos do Parlamento Europeu. Além dos sites dos grupos políticos e dos documentos encontrados neles, também foi usada bibliografia sobre os grupos políticos no Parlamento Europeu e sobre o próprio Parlamento Europeu para entender o contexto em que esses posicionamentos estão inseridos. A partir da análise dos documentos encontrados nos sites, foi possível concluir que os grupos políticos no Parlamento Europeu não possuem uma posição uniforme em relação ao acordo, sendo que alguns grupos não possuem documentos disponíveis para fazer uma análise concreta. Alguns grupos se mostram a favor do acordo, enquanto outros se mostram completamente contrários. O artigo está dividido em três seções, além da conclusão e da introdução: a primeira sessão tem como objetivo esclarecer qual o papel do Parlamento Europeu nos processos legislativos da União Europeia. A segunda seção busca apresentar os grupos políticos do Parlamento Europeu. A última seção apresenta os resultados do que foi possível encontrar nos documentos dos sites dos grupos políticos do Parlamento Europeu.

Palavras-chave: grupos políticos no Parlamento Europeu; Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia; Parlamento Europeu; União Europeia

Introdução

O Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia (UE) é negociado há mais de vinte anos e teve o anúncio do fim das suas negociações em junho de 2019. Porém, o fim das negociações não significou o fim dos conflitos políticos em torno dele e das suas consequências econômicas, ambientais e para os direitos humanos.

Além de todos os embates que rondam o acordo, mesmo quase cinco anos após o anúncio do fim das negociações, não é possível perder de vista das análises um ator importante para entender se o acordo será aprovado ou não na União Europeia, que é o Parlamento Europeu. O Parlamento faz parte do processo de aprovação de acordos de associação na União Europeia e, sem o seu consentimento, nenhum acordo pode ser celebrado pelo Conselho da União Europeia. O Parlamento Europeu é organizado politicamente em grupos políticos, formados por eurodeputados eleitos de partidos nacionais dos Estados-membros. Esses grupos políticos são os atores-chave no Parlamento e são eles que ditam grande parte da dinâmica política da instituição.

Assim, buscaremos entender na pesquisa quais são os posicionamentos dos grupos políticos do Parlamento Europeu em relação ao acordo com o Mercosul através dos documentos encontrados no site de cada um deles. Concluímos ao final que os grupos políticos do Parlamento Europeu não possuem um posicionamento uniforme em relação ao acordo, sendo que alguns grupos são mais favoráveis ao acordo e outros menos favoráveis. Dois grupos não apresentaram nenhum documento sobre o acordo e, para eles, concluímos que se faz necessária a pesquisa em outros tipos de documentos para entender seus posicionamentos.

1. O papel do Parlamento Europeu na aprovação de acordos de associação na União Europeia

O processo legislativo ordinário está previsto no Artigo 289º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (2007)[1] e é o processo em que o Parlamento e o Conselho adotam de forma conjunta um ato jurídico na União Europeia sob proposta da Comissão. O processo funciona em três leituras, em que é necessário que o Parlamento e o Conselho aprovem todas as emendas de forma conjunta para que o ato seja efetivamente aprovado. O Parlamento também tem o poder de consentir com a celebração de acordos de associação negociados pela União Europeia. Este poder foi adquirido por meio do Ato Único Europeu de 1986[2] que definiu que acordos de associação negociados pela União Europeia precisariam necessariamente ser aprovados pelo Parlamento Europeu (Corbett; Jacobs; Shackleton, 1990, p. 37; Lodge, 1994, p. 75).

---

[1] EUR-Lex 12016E/TXT. Entrada em vigor em 1 de dezembro de 2009.
[2] EUR-Lex 11986U/TXT. Entrada em vigor em 1 de julho de 1987.

Este direito foi mantido até a última revisão dos tratados da União Europeia, consolidados pelo Tratado de Lisboa (2007)[3]. O Artigo 218º do Tratado de Funcionamento da União Europeia estabelece que o Conselho somente adota a decisão de celebrar um acordo de associação após a aprovação do Parlamento Europeu. Assim, é possível perceber o quanto o Parlamento é importante para entender a aprovação ou não de acordos de associação como o acordo entre a UE e o Mercosul, já que a sua celebração somente será de fato consolidada se o Parlamento o aprovar.

Entretanto, apesar da importância do Parlamento para a aprovação de acordos de associação, o Título V sobre acordos internacionais do Tratado de Funcionamento da União Europeia (2007) deixa claro em seu artigo 218º que os acordos internacionais negociados e celebrados pela União Europeia não passam pelo Parlamento Europeu nas suas fases iniciais, como na fase de autorização para o início das negociações, a aprovação do mandato negociador ou as próprias negociações em si, sendo que este papel é reservado à Comissão e ao Conselho.

Apesar disto, a não participação formal do Parlamento Europeu nas fases iniciais de negociações de um acordo de associação não significa que o Parlamento não tenha nenhum tipo de influência sobre a Comissão que negocia o acordo. A aprovação desses acordos pelo Parlamento confere certa legitimidade democrática e moral para as negociações que foram conduzidas por um órgão que não é diretamente eleito (Bajtay, 2015, p. 9). Assim, levando em consideração que a Comissão precisa que o Parlamento aprove os acordos negociados para que eles sejam celebrados e para conferir valor democrático para esses acordos, as posições do Parlamento são levadas em consideração de forma informal pela Comissão (Bajtay, 2015, p. 9). O Parlamento coloca condições para aprovar os acordos, aprovando resoluções que versam sobre eles e que estabelecem a sua posição em relação ao que está sendo negociado (Bajtay, 2015, p. 11). Assim, o Parlamento consegue impor suas posições e suas condições para aprovar um acordo sendo negociado pela Comissão.

Um exemplo claro da utilização pelo Parlamento Europeu de ferramentas informais para controlar a política externa foi a aprovação da Resolução nº 252 de 2020, em que o Parlamento afirmou que o acordo com o Mercosul não poderia ser ratificado na forma em que se encontra (Parlamento Europeu, 2020). Apesar das resoluções não serem legislativamente vinculantes, elas podem influenciar as ações da Comissão (Goinard, 2020, p. 110).

2. Os grupos políticos no Parlamento Europeu

[3] Jornal Oficial C 306 de 17.12.2007. Entrada em vigor em 1 de dezembro de 2009.

Os grupos são organizações formais do Parlamento, previstos no artigo 33º do Regimento do Parlamento Europeu da 9ª legislatura. Os grupos políticos são os definidores da agenda no Parlamento (Hix; Noury; Roland, 2006, p. 496) e são eles que controlam a participação nos Comitês, as posições que vão ser ocupadas nos Comitês, o tempo de fala de cada eurodeputado em plenária e a distribuição de recursos entre os partidos nacionais dentro do grupo político. É a liderança do grupo político que instrui a forma como seus eurodeputados devem votar (Hix; Noury; Roland, 2006, p. 496).

Os grupos políticos do Parlamento Europeu reúnem eurodeputados eleitos de partidos nacionais que possuem objetivos políticos semelhantes entre si. Os eurodeputados se organizam em torno de grupos políticos e não nacionais por que os partidos nacionais acreditam que seus interesses serão melhores atendidos se seus eurodeputados se reunirem com outros partidos de outros Estados da mesma família política do que com partidos do mesmo Estado e que não possuem os mesmos objetivos políticos (Hix; Noury; Roland, 2006, p. 497). Assim, os grupos políticos do Parlamento Europeu estão organizados dentro do espectro político tradicional de parlamentos nacionais: o espectro de direita e esquerda (Hix; Noury; Roland, 2006, p. 497). Os grupos podem ser divididos entre as seis famílias políticas tradicionais europeias, sendo elas a social-democracia, centro-direita, liberais, esquerda radical, verdes e regionalistas e eurocéticos e extrema direita (Hix; Noury; Roland, 2007, p. 23-24).

Na 9ª legislatura, o Parlamento Europeu foi dividido entre sete grupos políticos, sendo eles: o Grupo do Partido Popular Europeu (PPE), o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), o Grupo Renovar a Europa (Renew)[4], o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes), o Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR)[5], o Grupo Identidade e Democracia (ID) e o Grupo Confederal da Esquerda Unida Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL)[6]. O PPE conta com 177 membros, o S&D com 140, o Renew com 102, os Verdes com 72, o ECR com 68, o ID com 59 e o GUE/NGL com 37[7].

Seguindo o padrão de coalizões possíveis de serem formadas no Parlamento Europeu seguindo a dimensão esquerda-direita (Hix; Noury; Roland, 2007, p. 150), é possível classificar os grupos políticos atuais do Parlamento Europeu, da direita para a

---

[4] O nome do grupo em inglês é *Renew Europe Group* e, por isso, usaremos a abreviação *Renew* no estudo, já que é a abreviação mais comumente utilizada.

[5] O nome do grupo em inglês é *European Conservatives and Reformists Group* (ECR) e, por isso, usaremos a abreviação ECR no estudo, já que é a abreviação mais comumente utilizada.

[6] O nome do grupo em inglês é *Confederal Group of the European United Left/Nordic Green Left* (GUE/NGL) e, por isso, usaremos a abreviação GUE/NGL no estudo.

[7] As eleições europeias estão marcadas para acontecer em junho de 2024. A configuração da composição dos grupos políticos provavelmente irá mudar depois das eleições e durante a 10ª legislatura do Parlamento Europeu. Grupos políticos podem ser desfeitos, assim como outros grupos mais novos podem ser criados.

esquerda, da seguinte maneira: o PPE, o S&D e o Renew se encontram no centro, com o PPE sendo um grupo de centro-direita, o S&D um grupo de centro-esquerda e o Renew estaria no meio dos dois, como um grupo liberal; à direita do PPE estão o ECR e o ID; à esquerda do S&D estão os Verdes e o GUE/NGL.

Assim, é possível entender que os grupos políticos do Parlamento Europeu são altamente organizados politicamente e que são as principais peças no jogo político do Parlamento. Por isso, se torna importante entender o que cada um desses grupos pensa em relação ao acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia, já que precisarão votar para a aprovação ou não deste acordo como regulamentado pelo Artigo 218º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (2007).

3. Os grupos políticos do Parlamento Europeu e o Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia

Cada um dos grupos políticos do Parlamento Europeu possui um site próprio, em que são publicadas suas atividades parlamentares, suas campanhas políticas e seus posicionamentos sobre políticas da União Europeia. É por meio do site de cada um deles que buscamos documentos sobre o acordo com o Mercosul para desvendar o que cada grupo político pensa sobre o acordo.

Para cada site, foram buscados documentos sobre o acordo fazendo uma varredura geral e também utilizando a palavra-chave “Mercosur” na barra de pesquisa de cada um deles. Os documentos encontrados foram filtrados para que fosse possível analisar apenas aqueles documentos que tratavam sobre o acordo diretamente. Foi possível encontrar 50 documentos sobre o acordo no site dos grupos políticos do Parlamento Europeu, sendo 14 para o PPE, 15 para o S&D, 15 para os Verdes, 5 para o GUE/NGL, 1 para o ID e nenhum para o ECR e para o Renew.

3.1 Grupo do Partido Popular Europeu (PPE)

O grupo do PPE é o que apresenta documentos mais antigos falando sobre o acordo com o Mercosul, sendo que o primeiro que foi possível encontrar é de 2012. Nenhum outro grupo possui documentos tão antigos já colocando a sua posição sobre o acordo com o Mercosul, o que pode demonstrar uma atenção e prioridade maior que o PPE tem em relação ao acordo. O documento de 2012 é sobre as falas do presidente do PPE na época, Joseph Daul, em que pedia para que as negociações com o Mercosul fossem retomadas o mais rápido possível (PPE, 2012), demonstrando uma forte vontade do maior grupo do Parlamento Europeu em ter um acordo de comércio com o Mercosul.

Em 2015 o PPE continuava a apoiar fortemente as negociações do acordo, acreditando que o comércio internacional é parte essencial do estímulo para a economia

europeia (PPE, 2015). Em 2016, quando as negociações com o Mercosul foram retomadas (Diz; Oliveira Junior, 2019, p. 65), o PPE continuava apoiando as negociações do acordo e pedia por uma conclusão rápida das negociações (PPE, 2016a).

Para o PPE, a América Latina é uma região estratégica para a União Europeia e as duas regiões compartilham sinergias históricas, culturais e linguísticas e, por isso, a UE deveria aprofundar os laços com a América Latina, inclusive através de acordos de associação (PPE, 2016b). O grupo acredita que o compartilhamento de história, cultura, língua e o compromisso com a integração regional fazem da UE e do Mercosul aliados naturais (PPE, 2016b). Também levantam a necessidade de não perder espaço para a China na região, sendo necessário fortalecer o máximo possível as relações com a América Latina, inclusive por meio do acordo com o Mercosul (PPE, 2016b). Por fim, o grupo levanta que o potencial econômico do acordo deveria ser um motivo para negociá-lo, mas também reconhecendo que o acordo envolve setores sensíveis dos dois lados e que deveria existir vontade política para superar os protecionismos (PPE, 2016b).

O reconhecimento das sensibilidades dos setores agrícolas da UE aparece novamente em um documento de 2019 (PPE, 2019a), em que o grupo descreve o acordo com o Mercosul como um mecanismo de estímulo econômico para ambas as regiões, desde que sejam salvaguardadas as sensibilidades do setor agrícola da UE. Ainda em 2019 o PPE apresenta mais um motivo para ser a favor do acordo com o Mercosul, que seria uma forma de pressionar o governo brasileiro a tomar medidas mais duras contra os incêndios que aconteciam na floresta amazônica (PPE, 2019b).

De 2019 a 2023 existiu uma diminuição nos documentos que mencionavam o acordo com o Mercosul. Porém, em 2023 o PPE apresentou a maior atividade de documentos publicados sobre o acordo. As manifestações de 2023 deixam claro que o PPE acredita que a UE deve se comprometer com a ratificação de acordos de comércio, inclusive o acordo com o Mercosul (PPE, 2023a; PPE, 2023c; PPE, 2023d; PPE, 2023b). Também em 2023 publicam um artigo especificamente sobre o Mercosul, pedindo para que a ratificação do acordo pare de ser adiada (PPE, 2023f), mais uma vez apontando os motivos para se ratificar um acordo com o Mercosul, que são o aprofundamento dos laços entre a UE e a América Latina, a competição com a China no continente latino-americano, as oportunidades econômicas do acordo, a visão do comércio com o Mercosul como fonte para recursos e matérias primas para a produção europeia, a liberalização dos produtos industriais e do mercado de compras governamentais do Mercosul para a UE e a proteção de um número alto de indicações geográficas da UE (PPE, 2023f).

Em 2024, o grupo continua apoiando o acordo com o Mercosul, dizendo que irá trazer crescimento econômico, empregos (PPE, 2024b) e que a prosperidade da Europa depende das relações comerciais com outras partes do mundo e que, por isso, existe a

necessidade de ratificar o acordo com o Mercosul para fazer frente ao crescimento comercial chinês e garantir a prosperidade da UE (PPE, 2024a).

De forma geral, é possível afirmar que o PPE apoia que o acordo com o Mercosul seja ratificado o mais rápido possível por acreditarem nos benefícios econômicos que o acordo irá trazer para a União Europeia, para o aprofundamento de laços históricos que já existem com a América Latina, para garantir o suprimento de recursos e matérias primas exportadas pelo Mercosul para a União Europeia, para não perder espaço na região para a China e para a proteção de indicações geográficas. Além dos motivos mais econômicos e culturais, o PPE também enxerga o acordo com o Mercosul como benéfico para o meio ambiente ao afirmarem que a ratificação do acordo seria parte do esforço da União Europeia em relação a políticas internacionais climáticas (PPE, 2023e).

3.2 Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas Europeus (S&D)

O S&D não conta com nenhuma publicação ou artigo de opinião do grupo sobre o acordo em específico, tendo apenas publicado comunicados de imprensa e notícias sobre as atividades de seus eurodeputados em que mencionaram de alguma forma o acordo com o Mercosul. Além disso, o S&D possui representantes na delegação parlamentar do Parlamento Europeu para as relações com o Mercosul, destacando em seu site o quanto a delegação vai ser importante para estabelecer relações parlamentares entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais dos países do Mercosul após o acordo (S&D, s.d), demonstrando certa positividade em relação a ele. O S&D foi um grupo que não se manteve consistente em seu posicionamento ao longo dos anos em relação ao acordo, como foi o caso do PPE. O S&D se manteve a favor do acordo entre 2016 e 2017, porém, mudou de posicionamento em 2018.

Os primeiros documentos publicados no site do S&D em 2016 e 2017 apresentam o apoio do grupo para que o acordo fosse negociado e ratificado, levantando os benefícios que o acordo traria. Nos documentos de 2016, o S&D comemora a volta das negociações entre a Comissão Europeia e o Mercosul (S&D, 2016a; S&D, 2016b). O S&D destaca o quanto a abertura de mercado de bens, serviços e compras governamentais do Mercosul seria benéfica para a UE (S&D, 2016b). Porém, como o PPE, pedem atenção para que a UE proteja os setores mais sensíveis da economia europeia, um deles sendo o setor agrícola (S&D, 2016a; S&D, 2016b, S&D, 2017a).

Além de chamarem atenção para que o setor da agricultura fosse protegido nas negociações, o S&D também levanta que o comércio derivado do acordo deve ser um comércio que leve em consideração padrões de sustentabilidade e os direitos humanos (S&D, 2016b), garantindo padrões trabalhistas, ambientais e de direitos humanos altos para

que a prosperidade econômica derivada do acordo também traga equidade social para os dois blocos (S&D, 2016c), fator que não aparece nos documentos do PPE.

O acordo com o Mercosul seria, na visão do S&D, parte da estratégia da União Europeia de aproximação dos países da América Latina (S&D, 2016d; S&D, 2017b). O grupo via o acordo com o Mercosul não apenas como um acordo de redução de tarifas comerciais, mas também como um símbolo político de uma globalização justa e de um comércio justo, uma ferramenta política para os dois blocos enfrentarem juntos as mudanças climáticas com um comércio justo, com a defesa de direitos humanos, da democracia e da migração (S&D, 2017d). Assim como o PPE, o grupo também acreditava que um acordo com o Mercosul e uma aproximação com a América Latina eram necessários para preencher o vazio deixado pelos Estados Unidos na região antes da China o fazer (S&D, 2017d).

Porém, é a partir de 2018 que o posicionamento do S&D parece mudar. É a partir deste ano que o S&D começa a colocar motivos para não apoiar o acordo. O grupo começa a questionar a credibilidade do acordo principalmente porque o seu capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável não possui mecanismos vinculativos fortes e não contém a possibilidade de sanções caso seja descumprido (S&D, 2018c). O grupo passa a deixar claro que vai rejeitar qualquer acordo no Parlamento que não tenha mecanismos de sanção no capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável, inclusive o do Mercosul (S&D, 2018a; S&D, 2018b).

Após o anúncio do fim das negociações em 2019, o S&D publicou em seu site que apoia o acordo, mas com a condicionalidade de que comprometimentos com o Acordo de Paris e com os direitos da Organização Internacional do Trabalho fossem garantidos, senão outras negociações seriam necessárias (S&D, 2019). Voltam a mencionar que o acordo somente será justo se garantir a competição justa entre os agricultores europeus e os agricultores mercosulinos (S&D, 2019). Em 2020, o grupo continuou com a mesma posição, declarando que capítulos sobre comércio e desenvolvimento sustentável devem ser vinculativos e sancionáveis para garantir o cumprimento dos direitos humanos e da proteção do meio ambiente, inclusive no acordo com o Mercosul (S&D, 2020).

Assim, é possível afirmar que o S&D manteve uma posição de apoio ao acordo focado nos seus ganhos econômicos e na parceria estratégica que os países do Mercosul representavam para a União Europeia de 2016 a 2017. Porém, esse posicionamento mudou em 2018, com o grupo afirmando que não apoia o acordo da maneira em que ele se encontra por não possuir um capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável vinculativo e passível de sanções. Apesar de representar uma mudança de posicionamentos a partir dos documentos de 2018, o S&D afirmava que os acordos de comércio deveriam respeitar normas de meio ambiente, trabalhistas e de direitos humanos desde 2016 (S&D,

2016b; S&D, 2016c). O que pode ter acontecido é que, a partir de 2018, o grupo teve acesso ao mandato negociador do acordo (S&D, 2018c), que demonstrava que o capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável não era forte o suficiente. Assim, o grupo pode ter adquirido novas informações sobre o acordo que o fizeram mudar de posição em relação a ele, baseado no capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável.

3.3 Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes)

O acordo parece ser importante para os Verdes pois dedicaram atenção para fazer diversos documentos que são específicos sobre o acordo e não documentos que falam sobre outros assuntos e que apenas mencionam o acordo.

O acordo é tão importante para os Verdes que eles possuem uma página inteira dedicada a uma campanha política para fomentar a não ratificação do acordo (Verdes, s.d.b). A campanha intitulada “Pelo Povo e Pelo Planeta, diga não ao acordo com o Mercosul” retrata como os Verdes não apoiam o acordo com o Mercosul por acreditarem que, na forma em que ele se encontra, irá aumentar o desmatamento na Amazônia, destruir a biodiversidade e o bem-estar animal, provocar violação de direitos humanos e causar uma competição injusta com os agricultores europeus (Verdes, s.d.b; Verdes, s.d.c; Verdes, 2021a). O grupo advoga para que a Comissão reabra as negociações para incluir um capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável mais forte e passível de sanções (Verdes, s.d.b). Os Verdes são críticos do acordo na forma em que ele se encontra por não possuir normas vinculantes e passíveis de sanções em relação ao capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável (Verdes, s.d.c; Verdes, 2018).

Os Verdes acreditam que o acordo com o Mercosul não seria benéfico para todas as partes, já que os produtores de carne europeus iriam sofrer com uma competição injusta porque os produtores do Mercosul não precisam cumprir com os mesmos padrões de qualidade do que os europeus (Verdes, s.d.c; Verdes, s.d.b; Verdes, 2021g). Por causa dessa diferença nas normas, os Verdes também acreditam que os produtos do Mercosul colocam a saúde dos consumidores europeus em risco (Verdes, 2021g). Além do setor agrícola, os Verdes também possuem um documento divulgando uma pesquisa que demonstra que o setor do negócio da UE acredita que o acordo não terá nenhum tipo de efeito nos seus negócios (Verdes, 2022).

O grupo afirma que o acordo irá aumentar a produção de carne e soja nos países do Mercosul, o que consequentemente irá aumentar o desmatamento, as violações de direitos humanos, a violação dos direitos dos povos indígenas e a perda de biodiversidade (Verdes, 2021b; Verdes, 2021c; Verdes, 2021d; Verdes, 2021e; Verdes, 2021f). Assim, como é de se esperar para um grupo verde, o fator ambiental e as consequências para o meio ambiente são motivos fortes para se oporem ao acordo.

Além dos documentos de autoria do próprio grupo, os Verdes também comissionaram dois estudos sobre o acordo. O primeiro estudo é uma análise sobre as consequências do acordo caso ele entre em vigor (Echaide; Ghiotto, 2019). O estudo aponta o quanto o acordo é assimétrico, com a União Europeia exportando produtos de alto valor agregado e o Mercosul exportando, em maior parte, produtos agrícolas (Echaide; Ghiotto, 2019, p. 16). Os autores concluem que o acordo foi negociado sem as considerações sobre seus impactos sociais, ambientais, climáticos e para os direitos trabalhistas (Echaide; Ghiotto, 2019, p. 119). O estudo retoma o fato do acordo não ter um capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável forte o suficiente para evitar as suas consequências ambientais e climáticas (Echaide; Ghiotto, 2019, p. 119).

O segundo estudo é sobre os impactos do acordo na agricultura, em que os autores analisam os setores agrícolas vencedores e perdedores nos dois blocos (Buczinski; Chotteau; Duflot; Rosa, 2023). Os autores levantam principalmente as consequências econômicas negativas para o setor agrícola europeu, assim como as consequências ambientais decorridas do aumento da produção agrícola nos países do Mercosul, como o desmatamento e a apropriação de terras (Buczinski; Chotteau; Duflot; Rosa, 2023).

É possível concluir, portanto, que os Verdes são um grupo que fazem forte campanha política para que o acordo não seja ratificado na forma em que se encontra, principalmente por causa das consequências ambientais do acordo e por acreditarem que o acordo não possui mecanismos de sanção fortes em relação a normas ambientais e de direitos humanos. Para os Verdes, o acordo deveria ser renegociado para incluir normas de desenvolvimento sustentável mais fortes e passíveis de sanção. Assim como o S&D e o PPE, os Verdes também chamam atenção para as consequências do acordo para a agricultura europeia.

3.4 Grupo Confederal da Esquerda Unida Europeia/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL)

Os documentos sobre o acordo com o Mercosul publicados no site do GUE/NGL começam em 2018 e vão até 2021. Porém, a maior parte dos documentos foram publicados em 2019, o ano do anúncio do fim das negociações do acordo.

Dias antes do anúncio do fim das negociações do acordo, os eurodeputados do GUE/NGL endereçaram uma carta ao então presidente da Comissão, Jean-Claude Juncker e a então Comissária de Comércio Internacional, Cecilia Malmström (Parlamento Europeu, 2019). Na carta, os eurodeputados declaram que consideravam o acordo com o Mercosul politicamente sensível, relembrando a Comissão que o cumprimento do Acordo de Paris deveria ser um pré-condicionamento para a assinatura do acordo e que o seu capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável deveria ser profundamente analisado em sua profundidade (Parlamento Europeu, 2019).

Para o grupo, o acordo com o Mercosul irá aumentar o desmatamento e a emissão de gases do efeito estufa por causa do aumento da produção de carne e soja para alcançar a demanda que será gerada pelo acordo (GUE/NGL, 2019b). Também acreditam que os países do Mercosul possuem regras fitossanitárias mais brandas e o uso extensivo de pesticidas e antibióticos nas produções do Mercosul iriam causar riscos à saúde dos consumidores europeus (GUE/NGL, 2019b). Em relação à agricultura, também levantam que pequenos produtores tanto no Mercosul quanto na União Europeia irão perder espaço para as grandes indústrias agrícolas que produzem com o uso de pesticidas e antibióticos (GUE/NGL, 2019b). O desemprego no Mercosul também é apontado como um fator para serem desfavoráveis ao acordo, já que preveem que o acordo irá fazer com que muitos postos de trabalho na indústria do Mercosul sejam perdidos (GUE/NGL, 2019b). Por fim, o grupo aponta a incoerência da própria União Europeia de negociar um acordo com o Mercosul quando o Brasil não respeitava normas de direitos humanos, direitos trabalhistas e da proteção do meio ambiente (GUE/NGL, 2019b).

O grupo possui dois estudos comissionados sobre o acordo. Em um deles é apontado o quanto o comércio entre os dois blocos é completamente assimétrico e o acordo iria aprofundar mais ainda essa assimetria (Bombardi, 2021, p. 6). A assimetria do comércio entre os dois blocos seria concentrada no fato de que o Mercosul exporta produtos primários que colaboram para o desmatamento e importam produtos industriais de maior valor agregado da União Europeia (Bombardi, 2021, p. 6). O estudo também ressalta que essa assimetria se reflete no fato de que a União Europeia exporta agrotóxicos para o Mercosul que são proibidos dentro das suas próprias fronteiras (Bombardi, 2021, p. 6).

O outro estudo comissionado pelo GUE/NGL foi especificamente sobre a propensão ao aumento de fluxos financeiros ilícitos como resultado do acordo (Burgos; Grondona; Rua, 2018, p. 5). Os autores afirmam que o acordo iria favorecer o fluxo financeiro ilícito na medida em que liberaliza os fluxos financeiros entre as duas regiões sem colocar regras para controlar estes fluxos ou regras que permitam aos Estados controlarem esses fluxos (Burgos; Grondona, Rua, 2018, p. 5).

Dessa forma, é possível concluir que o GUE/NGL é desfavorável ao acordo com o Mercosul principalmente por causa das suas consequências para o meio ambiente, para a saúde dos consumidores europeus, para os direitos trabalhistas, para os empregos no Mercosul e na União Europeia e para os fluxos financeiros ilícitos. A posição do GUE/NGL se assemelha com a posição dos Verdes e do S&D a partir de 2018.

3.5 Grupo da Identidade e Democracia (ID)

O ID apresentou um único documento que mencionava o acordo com o Mercosul em seu site. Em um debate sobre o plano industrial da União Europeia, um eurodeputado do ID

menciona o acordo com o Mercosul para dizer que continuar com o acordo seria controverso, já que o acordo já havia sido rejeitado por diversos Estados da União Europeia e que a Comissão querer continuar com o acordo não faria sentido (ID, 2023). O ID não coloca motivos específicos para ser contra o acordo com o Mercosul. Os motivos para o ID ser desfavorável ao acordo com o Mercosul devem ser procurados em outros documentos.

3.6 Grupo Renovar a Europa (Renew) e Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR)

O Renew e o ECR não apresentaram em seus sites nenhum documento específico que versa sobre o acordo entre a União Europeia e o Mercosul. Isso pode indicar que os dois grupos não dão importância suficiente para o acordo para ter documentos específicos sobre ele publicados em seu site ou até mesmo que não querem dar publicidade para suas posições sobre o acordo. Por outro lado, os documentos derivados dos sites dos grupos são apenas uma das fontes possíveis para desvendar o posicionamento dos grupos políticos do Parlamento Europeu sobre o acordo com o Mercosul e foram as fontes escolhidas para a pesquisa neste estudo. Ainda existe a possibilidade de que outras fontes forneçam dados suficientes para concluir um posicionamento para esses dois grupos em relação ao acordo com o Mercosul, mas que não fazem parte do escopo deste estudo.

Conclusão

É possível perceber que o Parlamento Europeu não é completamente unânime em relação ao acordo com o Mercosul. Os motivos para os grupos serem a favor ou contra o acordo mudam de um grupo para o outro. O PPE se coloca como favorável ao acordo em todos os documentos encontrados em seu site. Os motivos para o apoio ao acordo são diversos, entre eles os benefícios econômicos para a UE, a importação de produtos primários do Mercosul, o aprofundamento de laços históricos e culturais com a América Latina, a competição com a China na região e a proteção de indicações geográficas. O PPE também menciona que as sensibilidades do setor agrícola europeu devem ser preservadas.

O S&D foi o único grupo que mudou de posicionamento, sendo que até 2017 era a favor do acordo pelos mesmos motivos do que o PPE, mas depois de 2018 se coloca como desfavorável ao acordo por causa das suas consequências ambientais, para o setor agrícola europeu e pelo acordo não possuir um capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável forte e passível de sanções. Os Verdes e o GUE/NGL compartilham dos mesmos motivos do S&D para serem desfavoráveis ao acordo, como as consequências ambientais, para o setor agrícola europeu e por causa do capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável do acordo, mas vão além, levantando também as consequências para os direitos humanos e para os direitos trabalhistas.

Já o Renew e o ECR não apresentaram nenhum documento sobre o acordo em seus sites, podendo representar uma falta de interesse no acordo em si. Mas, também pode representar uma limitação das fontes da pesquisa, que se restringem aos sites dos grupos políticos. Maiores informações sobre o posicionamento desses dois grupos devem ser procurados em outros tipos de documento do Parlamento Europeu.

Apesar do Parlamento ter aprovado uma resolução dizendo que não aprovaria o acordo como ele se encontra (Parlamento Europeu, 2020), o PPE é o único grupo que continua a favor do acordo com o Mercosul, enquanto todos os outros grupos são desfavoráveis ao acordo. Isto demonstra certa coesão dos membros do Parlamento em relação ao acordo, mas não uma unanimidade.

Referências bibliográficas

BAJTAY, Peter. Democratic and efficient foreign policy? Parliamentary diplomacy and oversight in the 12st century and the post-Lisbon role of the European Parliament in shaping and controlling EU foreign policy. **European University Institute:** Robert Schuman Centre for Advanced Studies. 2015.

BOMBARDI, Larissa Mies. Geography of Asymmetry: the vicious cycle of pesticides and colonialism in the commercial relationship between Mercosur and the European Union. **Comissioned by The Confederal Group of the United Left/Nordic Green Left in the European Parliament**. Bruxelas, maio 2021. Disponível em: <https://left.eu/events/eu-mercosur-the-vicious-circle-of-pesticides/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BUCZINSKI, Baptiste; CHOTTEAU, Philippe; DUFLOT, Boris; ROSA, Alexis. The EU-Mercosur Free Trade Agreement, its impacts on Agriculture. **Comissioned by The Greens/European Free Alliance in the European Parliament.** Paris, mai. 2023. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/en/article/study/the-eu-mercosur-free-trade-agreement-its-impacts-on-agriculture#:~:text=The%20EU%2DMercosur%20deal%20is,and%20in%20the%20European%20Union>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BURGOS, Martín; GRONDONA, Verónica; RUA, Magdalena. How the EU-Mercosur Free Trade Agreement helps illicit financial flows. **Comissioned by The Confederal Group of the United Left/Nordic Green Left in the European Parliament**. Bruxelas, dez. 2018. Disponível em: <https://left.eu/issues/publications/shady-deals-how-the-eu-mercosur-free-trade-agreement-helps-illicit-financial-flows>. Acesso em: 17 jan. 2024.

CORBETT, Richard; JACOBS, Francis; SHACKLETON, Michael. **The European Parliament**. [S.L]: Routledge, 1990.

DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; OLIVEIRA JUNIOR, Joaner Campello de. ANÁLISE DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA SOB A SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA NEGOCIAL: o papel dos atores não estatais no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, Belém, v. 5, n. 2, p. 58-79, dez. 2019.

ECHAIDE, Javier; GHIOTTO, Luciana. Analysis of the agreement between the European Union and the Mercosur. **Commissioned by The Greens/European Free Alliance in the European Parliament.** Berlim, Buenos Aires, Bruxelas, dez. 2019. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/en/article/study/analysis-of-the-agreement-between-the-european-union-and-the-mercosur>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GOINARD, Myriam. The Growing Role of the European Parliament as an EU Foreign Policy Actor. *In*: WESTLAKE, Martin (comp.). **The European Union's New Foreign Policy**. Londres: Palgrave Macmillan, 2020. p. 107-125.

GRUPO CONFEDERAL DA ESQUERDA UNIDA EUROPEIA/ESQUERDA VERDE NÓRDICA (GUE/NGL). **Amazon fires - what does it have to do with us? - An explainer**. 2019a. Disponível em: <https://left.eu/issues/explainers/amazon-fires-what-does-it-have-to-do-with-us-an-explainer>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GRUPO CONFEDERAL DA ESQUERDA UNIDA EUROPEIA/ESQUERDA VERDE NÓRDICA (GUE/NGL). **EU-Mercosur Free Trade Agreement - An Explainer**. 2019b. Disponível em: <https://left.eu/issues/explainers/eu-mercosur-free-trade-agreement-an-explainer/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Accordo con Mercosur, Danti (PD): "Non lasciamoci sfuggire l'opportunità di riavvicinarci all'America Latina"**. 2016a. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/accordo-con-mercosur-danti-pd-non-lasciamoci-sfuggire-lopportunita-di-riavvicinarci>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **A good trade deal with Mercosur can provide new opportunities for all, say S&Ds**. 2016b. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/good-trade-deal-mercosur-can-provide-new-opportunities-all-say-sds>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Delegation for relations with Mercosur**. S.d. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/working-for-you/our-global-actions/delegation-relations-mercosur>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Double Je**. 2017a. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/double-je>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Graswander-Hainz: Auch bei EU-MercosurAbkommen gilt Qualität vor Geschwindigkeit.** 2018a. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/graswander-hainz-auch-bei-eu-mercosur-abkommen-gilt-qualitat-vor-geschwindigkeit>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Graswander-Hainz: EU-Standards müssen auch beim Palmöl gelten.** 2018b. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/graswander-hainz-eu-standards-mussen-auch-beim-palmol-gelten>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Graswander-Hainz zu EU-Mercosur: Ohne Sanktionen keine Zustimmung**. 2018c. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/graswander-hainz-zu-eu-mercosur-ohne-sanktionen-keine-zustimmung>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Latin America and the EU must be key allies in the new international scenario, says S&D MEP Javi López**. 2017b. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/latin-america-and-eu-must-be-key-allies-new-international-scenario-says-sd-mep-javi-lopez>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Pittella in South America: Europe and Latin America must go hand in hand to face global challenges**. 2017c. Disponível em:

<https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/pittella-south-america-europe-and-latin-america-must-go-hand-hand-face-global-challenges>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **Pittella: Moving beyond the EU-Mercosur agreement, a strategic EU-Latin America alliance is needed to confront our common challenges**. 2017d. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/pittella-moving-beyond-eu-mercosur-agreement-strategic-eu-latin-america-alliance-needed>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **SPÖ-EU-Abgeordnete: Ein Europa zum Verlieben gegen schwarz-blaues Schmalspur-Europa**. 2018d. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/spo-eu-abgeordnete-ein-europa-zum-verlieben-gegen-schwarz-blaues-schmalspur-europa>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **S&Ds: Argentina 'debt deal' must pave way to renewed trade with EU based on full respect for democracy and human rights**. 2016c. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/sds-argentina-debt-deal-must-pave-way-renewed-trade-eu-based-full-respect-democracy-and>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **S&Ds: Dombrovskis is fit for the job but we now expect a concrete breakthrough for fair and sustainable trade**. 2020. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/sds-dombrovskis-fit-job-we-now-expect-concrete-breakthrough-fair-and-sustainable-trade>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **S&Ds promote an alliance with progressive forces in Latin America to face globalisation**. 2016d. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/working-for-you/our-global-actions/delegation-relations-mercosur>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA ALIANÇA PROGRESSISTA DOS SOCIALISTAS E DEMOCRATAS EUROPEUS (S&D). **S&Ds welcome political understanding on EU Mercosur deal and insist on guarantees for labour rights and environmental standards**. 2019. Disponível em: <https://www.socialistsanddemocrats.eu/newsroom/sds-welcome-political-understanding-eu-mercosur-deal-and-insist-guarantees-labour-rights>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GRUPO DA IDENTIDADE E DEMOCRACIA (ID). **Plenary booklets: 13 to 16 february 2023**. 2023. Disponível em: <https://assets.nationbuilder.com/idgroup/pages/45/attachments/original/1676360993/ID_Group_Plenary_Booklet_31.pdf?1676360993>. Acesso em: 25 jan. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **Acordos comerciais para proteger nosso modo de vida europeu**. 2024a. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/pt/noticias/acordos-comerciais-para-proteger-nosso-modo-de-vida-europeu>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **Acordo UE-Chile traz mais exportações da UE e melhor acesso a matérias-primas**. 2024b. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/pt/noticias/mais-exportacoes-para-o-chile-e-melhor-acesso-a-materias-primas>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **Don't turn Europe into an open-air museum of former industrial glory**. 2023a. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/newsroom/don-t-turn-european-industry-into-an-open-air-museu>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **EuroLat: support for democracy while reinforcing partnership**. 2016a. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/newsroom/eurolat-support-for-democracy-while-reinforcing-partnership>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **EU Trade Strategy: EPP Group calls for speedy progress in ongoing negotiations**. 2015. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/newsroom/epp-group-calls-for-speedy-progress-in-trade-negotiations>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **From 08.12.2023 9:00 To 15.12.2023 9:30 The Week ahead**. 2023b. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/newsroom/epp-group-highlights-11-15-december>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **From 29.09.2023 9:00 To 06.10.2023 10:30 The Week ahead**. 2023c. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/newsroom/epp-group-highlights-2-6-octoberhttps://www.eppgroup.eu/newsroom/epp-group-highlights-2-6-october>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **Impulsionar o livre comércio com a Nova Zelândia - e outros parceiros globais**. 2023d. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/pt/noticias/impulsionar-o-livre-comercio-com-a-nova-zelandia-e-outros-parceiros-globais>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **More and new trade keeps Europe in the lead**. 2023e. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/newsroom/more-and-new-trade-keeps-europe-in-the-lead>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **Posição do Grupo PPE sobre comércio internacional**. 2019a. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/pt/noticias/posicao-do-grupo-ppe-sobre-comercio-internacional>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **Stop dilly-dallying and ratify Mercosur Agreement**. 2023f. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/newsroom/stop-dilly-dallying-and-ratify-mercosur-agreement>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **UE/Mercosul: Uma relação estratégica. Joseph Daul MdPE, Presidente do Grupo PPE**. 2012. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/pt/noticias/ue/mercosul-uma-relacao-estrategica>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **Use international agreements to pressure Brazil on Amazon fires**. 2019b. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/pt/noticias/ue/mercosul-uma-relacao-estrategica>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU (PPE). **Why Latin America should be the EU's top priority in 2017**. 2016b. Disponível em: <https://www.eppgroup.eu/newsroom/why-latin-america-should-be-the-eu-s-top-priority-in-2017>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **Brazil is trying to legalise the deforestation of the Amazon: Why the EU must not reward them with the Mercosur deal**. 2021a. Disponível em: <hhttps://www.greens-efa.eu/dossier/brazil-is-trying-to-legalise-the-deforestation-of-the-amazon/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **Demands for the Portuguese Presidency.** S.d.a. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/opinions/european-businesses-have-concerns-about-the-eu-mercosur-deal/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **EU-CELAC Strategic Partnership: a cooperation in need of a paradigm shift.** 2023. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/opinions/european-businesses-have-concerns-about-the-eu-mercosur-deal/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **European businesses have concerns about the EU-Mercosur deal: new YouGov poll shows.** 2022. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/opinions/european-businesses-have-concerns-about-the-eu-mercosur-deal/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **For People and the Planet, say no to the EU-Mercosur.** S.d.b. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/en/campaigns/mercosur>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **Green Trade for All.** 2018. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/en/campaigns/mercosur>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **Say NO to EU-Mercosur Trade Deal.** 2021b. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/en/what-we-stand-for/our-vision>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **The EU-Mercosur trade agreement:** A destructive deal for biodiversity. 2021c. Disponível em: <https://extranet.greens-efa-service.eu/public/media/file/1/6797>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **The EU-Mercosur trade agreement:** A devastating impact on forests. 2021d. Disponível em: <https://extranet.greens-efa-service.eu/public/media/file/1/6799>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). T**he EU-Mercosur trade agreement:** A trade-off at the expense of animal welfare. 2021e. Disponível em: <https://extranet.greens-efa-service.eu/public/media/file/1/6797>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **The EU-Mercosur trade agreement:** Fuelling conflict and human rights violations. 2021f. Disponível em: <https://extranet.greens-efa-service.eu/public/media/file/1/6800>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **The Mercosur Trade Agreement:** a lose-lose deal. S.d.c. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/dossier/the-mercosur-trade-agreement-a-lose-lose-deal/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

GRUPO DOS VERDES/ALIANÇA LIVRE EUROPEIA (Verdes). **Why we need to oppose the EU-Mercosur trade deal to protect sustainable agriculture in Europe**. 2021g. Disponível em: <https://www.greens-efa.eu/dossier/why-we-need-to-oppose-the-eu-mercosur-trade-deal-to-protect-sustainable-agriculture-in-europe/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

HIX, Simon; NOURY, Abdul G.; ROLAND, Gérard. **Democratic Politics in the European Parliament**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007. 235 p.

HIX, Simon; NOURY, Abdul; ROLAND, Gérard. Dimensions of Politics in the European Parliament. **American Journal of Political Science**, [S.L.], v. 50, n. 2, p. 494-520, 29 mar. 2006.

LODGE, Juliet. The European Parliament and the Authority-Democracy Crises. **The Annals of The American Academy of Political and Social Science**, [S.L], v. 531, n. 1, p. 69-83, jan. 1994.

Parlamento Europeu. **Letter suspend concluding of Mercosur Agreement**. Destinatários: Jean-Claude Juncker, presidente da Comissão Europeia; Cecilia Malmström, Comissária de Comércio Internacional. Bruxelas, 20 jun. 2019.

Parlamento Europeu. **Regimento do Parlamento Europeu para a 9ª Legislatura**. 2021.

Parlamento Europeu. **Textos Adotados:** P9_TA(2020)0252 Aplicação da política comercial comum – relatório anual 2018. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. **Tratado de Lisboa**. 13 de dezembro de 2007.